



“A natureza transitória da ditadura coloca as mulheres em uma situação particularmente difícil: aquilo que era velho foi destruído, mas o novo ainda não foi criado”.

Alexandra Kollontai, política e escritora russa.

Realidade da educação brasileira

As mulheres sustentam a educação em número, presença e compromisso histórico. Porém, essa centralidade convive com baixos salários, sobrecarga, vínculos precários e desigualdades de gênero e raça.

Força feminina da educação em números

79,5%

da força docente na Educação Básica são mulheres. (MEC/INEP, 2023)

96%

na Educação Infantil e

88%

nos Anos Iniciais do Fundamental. (MEC/INEP, 2023)

+6,8h/semana

em afazeres domésticos e cuidados, além da jornada de trabalho. (IBGE, 2022/2023)

20,7%

de diferença salarial em relação aos homens em funções equivalentes. (MTE, 2024).

Essa presença massiva revela não apenas vocação, mas a permanência de uma lógica social que associa o feminino ao servir e acolher, desvalorizando esse trabalho tanto de forma material quanto simbólica.

Realidade que adocece

Adoecimento não é fraqueza individual: é efeito de uma organização do trabalho que explora o cuidado, despreza o tempo das mulheres e considera “normal” que elas deem conta de tudo.

Educadoras enfrentam tripla jornada, assédio institucional e sexual, machismo, racismo e homofobia, tornando a categoria uma das mais afetadas por Burnout, ansiedade e depressão.

1º lugar em afastamentos:

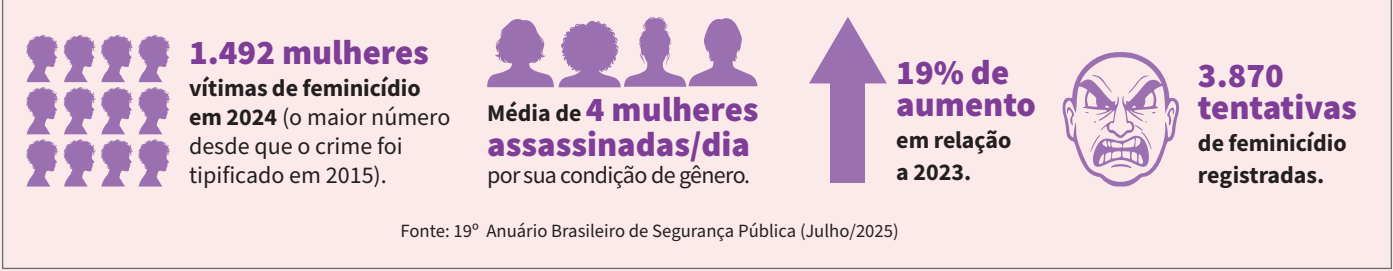
A educação é a categoria com mais licenças por transtornos mentais na rede estadual. (Seap-PR, 2024)

Reivindicações históricas

Para combater o esgotamento e garantir uma educação pública, democrática, emancipadora, crítica e de qualidade, a luta sindical exige:

- **Valorização salarial e carreira digna:** remuneração compatível com a responsabilidade e formação profissional;
- **Estabilidade e fim da precarização contratual:** redução dos contratos temporários e garantia de direitos;
- **Garantia de formação continuada:** aperfeiçoamento profissional em serviço;
- **Proteção à saúde física e mental:** condições adequadas e prevenção de doenças;
- **Combate às violências:** enfrentamento ao assédio moral/sexual, ao racismo, à LGBTIfobia, à discriminação e desigualdades;
- **Políticas públicas de cuidado:** estruturas que permitam conciliar trabalho, maternidade e vida pessoal sem que a sobrecarga recaia inteiramente sobre as mulheres.

Dados do feminicídio no Brasil



O crescimento de movimentos reacionários (como a cultura “red pill”) e discursos masculinistas alimentados pelas redes sociais promovem a misoginia, tentam retomar o controle sobre a autonomia das mulheres e legitimam práticas de perseguição e violência que culminam em feminicídios.

Projetos políticos em disputa nas eleições de 2026 •

Concepções antagônicas sobre o papel do Estado, direitos sociais e democracia.

TEMA	PAUTA CAMPO PROGRESSISTA (Defesa da classe trabalhadora)	CAMPO REACIONÁRIO / EXTREMA-DIREITA
PAPEL DO ESTADO	Ampliação de políticas públicas, fortalecimento do Ministério das Mulheres e expansão dos serviços especializados de proteção.	Desmontes de políticas para mulheres, reestruturação regressiva e pautas moralistas/punitivistas.
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	Prevenção, acolhimento, autonomia econômica e aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha com mecanismos de proteção e atendimento às mulheres.	Cortes orçamentários em políticas específicas de combate à violência e incentivo ao discurso de ódio.
IGUALDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO	Igualdade salarial, combate à discriminação e promoção de políticas educacionais inclusivas.	Ataques à chamada “ideologia de gênero”, retrocessos nos direitos sexuais/reprodutivos e desvalorização docente.

Basta! Queremos dignidade! •

A APP-Sindicato orienta as mulheres da categoria e a sociedade a apoiar todas as candidaturas comprometidas com a classe trabalhadora, com a escola pública e com a pauta das mulheres.



Ligue:

100 Direitos Humanos
190 Polícia Militar
153 Patrulha Maria da Penha
180 Central de Atendimento à Mulher
181 Disque-Denúncia no Paraná

Material Complementar e Leituras



Acesse a publicação completa da Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+ da APP-Sindicato e os materiais atualizados:

appsindicato.org.br/mulheres-educar-para-a-igualdade